


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0000277-85.1991.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Desapropriação**
 Requerente: **Município de São Carlos Prefeitura Municipal de São Carlos**
 Requerido: **Martinho Aparecido Gallo**

Vistos.

Fls. 286/293: Após o trânsito em julgado da sentença, os autos foram encaminhados ao contador, que apurou o saldo credor, com base nos critérios previstos no julgado (fls. 2003), tendo o credor concordado (fls. 120) com a conta apurada a fls. 117, que foi homologada (fls. 120).

Foi expedido precatório e o DEPRE identificou um erro material na conta, tendo apontado o valor correto. As partes foram intimadas da correção e não se opuseram ao novo cálculo, que foi homologado (fls. 132) e o processo ficou no aguardo dos pagamentos, tendo havido um pagamento parcial.

Posteriormente, o DEPRE encaminhou demonstrativo de cálculo, atualizando o anterior (fls. 204/225) e informou que o pagamento foi integral (fls. 226).

O valor depositado (fls. 228) foi levantado pelo credor (fls. 244), que apontou a existência de saldo a ensejar precatório complementar. Após idas e vindas ao contador, este Juízo determinou os parâmetros para o cálculo (fls. 273 e v.) e determinou nova remessa à Contadoria, que afirmou a regularidade dos cálculos apresentados pelo DEPRE (fls. 275).

O credor se insurgiu, reafirmando a incorreção e este Juízo determinou que ele apontasse em que medida o cálculo do DEPRE destoava dos parâmetros ditados a fls. 273, tendo, então, apresentado a planilha de fls. 291.

Ocorre que referida planilha tomou por base a Tabela Prática para cálculos judiciais do TJ e não a tabela relativa aos débitos das Fazendas Públicas, com base na Lei 11.960//09, ainda aplicável ao caso em tela, já que, na modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade das ADINs 4357 e 4425 o STF se pronunciou no sentido de ...Conferir eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADIn, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25/3/15) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data...".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, SÃO CARLOS-SP - CEP 13560-290

Desta maneira, não se verifica incorreção nos cálculos do DEPRE, que seguiram a sistemática da Lei 11.960/09, bem como a Súmula vinculante nº 17.

Assim, declaro quitado o débito do Município e, nos termos do artigo 794, inciso I, do CPC, **JULGO EXTINTA** esta Ação de Desapropriação (fase executória).

Oportunamente, transitada esta em julgado e promovidas as anotações necessárias, arquivem-se os autos.

P. R. I.

São Carlos, 15 de junho de 2015 .

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

DATA.

Em ____ de outubro de 201____, recebi estes autos com o r.
despacho/sentença supra. Eu, _____, Esc. Subscrevi.